

O LIVRO DIDÁTICO E AS ATIVIDADES DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO NO ENSINO FUNDAMENTAL

LIMA, Lucileide de Farias

leleidelima@hotmail.com

SILVA, Anderson Marcy Costa

anderbone@hotmail.com

ARAUJO, Maria José de Azevedo.(Orientadora)

Graduada em Pedagogia, Mestre em Educação e Professora do Curso de Letras-Português da Universidade Tiradentes-UNIT.

Azevedo1956@bol.com.br

RESUMO

Neste artigo, apresenta-se uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. O texto foi construído a partir dos teóricos, Batista, Bezerra, Dionísio e documentos oficiais brasileiros. Apresenta-se um breve histórico do livro didático no Brasil, buscando contextualizar os programas ligados ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), que, através no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), implantado no Brasil em 1985, se responsabiliza pela gestão de contratos firmados para a aquisição de bens e contratações de serviços em atendimento à distribuição gratuita de livros didáticos para alunos e professores da rede pública de ensino em todo território nacional. Aborda-se a situação da produção de textos didáticos e leitura no ensino fundamental, considerando a interpretação como objeto de reflexão, através do olhar das avaliações externas na perspectiva do letramento. O objetivo geral é analisar a partir dessa contextualização político-metodológica, a relação entre o dito e o não-dito no apagamento da função-professor em sua relação com a criação de textos pedagógicos e o ensino da leitura na perspectiva das ações governamentais e na do livro didático. Os resultados apontam para problemas nas capacidades e competências leitoras dos jovens brasileiros. Isto significa dizer, à luz das concepções norteadoras de tais programas, que a maior parte dos jovens leitores mal consegue localizar informações que podem ser inseridas em um texto. Existem outras variantes nesse cenário, que devem ser levadas em consideração para a compreensão da situação leitora dos alunos. Este trabalho se propõe a analisar apenas uma delas: a introdução do Livro Didático no Ensino Fundamental, pois, como já foi dito anteriormente, é, muitas vezes, o principal recurso de que dispõe o aluno e o professor.

PALAVRAS-CHAVES: Livro Didático; Leitura; Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT

In this article, provides a qualitative research of the type literature. The text was constructed from theoretical, Baptist, Bezerra, Dionísio and official documents Brazilians. It presents a brief history of the textbook in Brazil, seeking contextualize the programs linked to the Ministry of Education and Culture (MEC), which, through the National Fund for the Development of Education (FNDE) and the National Program of the Book Textbook (PNLD), established in Brazil in 1985, is responsible for management of contracts signed for the purchase of goods and contracting services in response to the free distribution of textbooks for students and teachers in the public school system throughout the national territory. It is the situation of the production of texts and teaching in teaching basic reading, considering the interpretation as objects of reflection, through the eyes of the external evaluations in view of letramento. The general objective is to analyze from this political-contextualization methodology, the relationship between the said and not said in-erasure of the civil-teacher in their relationship with the creation of educational texts and the teaching of reading in the light of governmental actions and in the book teaching. The results point to problems in the capabilities and skills of the young Brazilian readers. This means saying, in the light of conceptions norteadoras of such programs, that most young readers can hardly find information that can be inserted into a text. There are other variants that scenario, which should be taken into consideration for the reader understanding of the situation of the students. This work is proposed to examine only one: the introduction of the Book Textbook in primary education because, as said earlier, is often the main feature that provides the student and teacher.

KEYS – WORD - Textbook Book; Reading; Teaching-Learning.

INTRODUÇÃO

Originalmente voltado para a formação profissional, seja preparando para o ensino superior, seja profissionalizando, a educação servia a um mundo do trabalho de estrutura taylorista-fordista própria das linhas de montagem. Naquele cenário, dos anos de 1960 a 1980, considerando o grande desenvolvimento da industrialização no Brasil, a política educacional vigente priorizou a formação de especialistas capazes de utilizar maquinarias e dirigir processos de produção.

Hoje, as relações de trabalho têm mudado, e as conseqüências dessas mudanças podem ser percebidas na preocupação de órgãos internacionais, e de cada nação de investir numa educação que atenda ao novo mercado, um mercado regido pelas novas tecnologias que exigem uma formação não de acúmulo de conhecimento, e sim de uma “capacidade de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las, capacidade de aprender”, ou seja, utilizar os conhecimentos de forma autônoma e criativa.

No Brasil, os esforços neste sentido podem ser percebidos através de órgãos subordinados ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), com a implantação de leis, ações e parâmetros cujo objetivo declarado é o de expandir melhorando a qualidade do sistema educacional visando fazer frente aos desafios colocados por um mundo sempre em constantes mudanças na sua dinâmica.

Esta declaração é feita em “Carta ao Professor” onde se lê, também, a declaração de que os Parâmetros Curriculares “são os resultados de meses de trabalho e de discussão realizados por especialistas e educadores de todo o país” e “feitos para auxiliar você, professor, na execução de seu trabalho”. Ora, em análise de discurso, sabe-se que não há sentido em si, pois eles são a relação, e não são gerais, determinam-se pelas condições em que são produzidas (condições de produção), pelas imagens que são construídas sobre quem esta falando ou escrevendo ou mesmo quem lê ou ouve.

A introdução do livro didático do ensino fundamental nas escolas brasileiras, cria um novo fato no ensino/aprendizagem da leitura. Esta ação esta amparada na política do MEC o qual visa atender aos “propósitos de progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino fundamental”.

Este trabalho busca analisar, através das orientações apresentadas pela análise do discurso, a identidade professor, por meio de dados de pesquisa etnográficas, problematizando estas ações e as avaliações externas ao ambiente escolar e a produção de textos didáticos para o uso pedagógico no ensino fundamental que fazem parte deste cenário.

1 O LIVRO DIDÁTICO E A PRODUÇÃO DE TEXTO

1.1 A linguagem

Os professores da rede pública de ensino são convidados a escolherem livros didáticos dentro de uma seleção previa por especialistas da área relacionada ao livro, disponibilizada em um guia através do qual devem desenvolver sua pratica pedagógica, cujos objetivos já estão previamente definidas através da Lei Diretrizes e Bases da Educação.

Na versão PCN, já há um discurso direto com professores e mais educadores que atuam nas escolas reconhecendo seu papel central. Versando pelo dialógico; este documento “procura estabelecer um diálogo direto com professores, reconhecendo seu papel central e insubstituível na condução e no aperfeiçoamento deste nível”, mas, efetivamente, a voz do professor continua apagada, como se vê na declaração retirada do PCN+, carta ao professor:

Quando lançamos os Parâmetros Curriculares Nacionais, pedimos a cada professor que nos enviasse contribuições e sugestões – e houve animadora resposta a esse apelo. Tornando tais colaborações como ponto de partida, elaboramos os documentos que agora entregamos a você para complementar os PCNs. (PCNs – Carta ao Professor. 2002)

Uma das primeiras medidas governamentais no sentido da melhoria da educação pública, tomada a partir da Lei de Diretrizes e bases de Educação Nacional (LDB) – lei nº. 9.394/96.

Neste cenário é interessante que a educação não só prepare para o mercado de trabalho, mas também para a continuação dos estudos, em fim, para uma práxis humana produtiva.

Portanto, diante do discurso do Ministério de Educação, autor declarado da “carta ao professor”, que traz a voz da autoridade intelectual, mesmo que anônima – especialistas e educadores de todo o país – o leitor é empurrado a um processo de significação que leva a exclusão do professor aquele a quem é dirigido o diretamente o discurso “você, professor” do processo de elaboração de reforma curricular, que ele, o professor, é quem irá por em prática.

1.2 Breve histórico do livro didático

Os manuais didáticos, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, eram compostos por uma seleção de textos de autores consagrados, necessariamente já mortos. Esta antologia ou Seleta, como se tornou conhecida, era um volume único usado em todas as séries do ensino secundário, antigo ginásio, hoje com a denominação de Ensino Fundamental, e preconizava um professor autônomo, livre para planejar e executar a partir da análise e utilização didática da antologia proposta.

A seleta não dispunha de estudos dirigidos, fazendo-nos crer que cabia ao professor desenvolver o ensino em sala de aula. Nesta época, havia uma situação bastante homogênea entre docentes e discentes, ambos vindos das elites sociais e/ou intelectuais, portanto letrados, com esta análise, traça-se um perfil sócio-histórico da função professor e com ela inferimos que havia certo prestígio nesta profissão. A função – professor era vista do ponto de vista da produção do conhecimento.

O livro didático, tal como conhecemos hoje, tem sido o instrumento de letramento mais presente na escola brasileira. E ele toma especial importância a partir da década de 1960, quando surgiram os “Estudos dirigidos de Português”, volumes seriados que contavam com “Livro do Professor” o qual dava respostas dos exercícios, algo impensável até então, além de orientações metodológicas e sugestões de atividades. Explicitava uma relação necessária da língua com o não – dito que produz significado, levando-nos a inferir, sobre o comportamento que explicitava uma concepção de professor sem autonomia ou sem capacidade de planejar as suas atividades em classe. Tal concepção é influenciada pela “democratização” do ensino, na década de 60, mais centrada na quantidade de escolas e de alunos, conseqüentemente de professores, do que na qualidade de ensino. Neste cenário, a função – professor sofre um deslocamento: o professor passa a ser visto na maioria das vezes, como profissional mal preparado ou deficientemente preparado e formado que entra nas salas para suprir necessidades emergenciais. Conseqüentemente diminuiu-se o prestígio dado a

profissão e a remuneração, o que, por sua vez, influenciou fortemente o despreparo desses docentes. Neste sentido, os compêndios vieram para suprir as lacunas de formação acadêmica dos professores que ingressaram no magistério sem formação apropriada.

A partir da década de 1970, surgem os programas de livros didáticos, quando a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) – atual Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – é encarregada de assumir o Programa do Livro Didático.

Até meados da década de 80, toda a política implícita na distribuição gratuita do livro didático previa a escolha de compêndios pelas secretarias estaduais e não pelos professores, o que reforça a concepção da função – professor exposta acima. Com a abertura política de 1985, uma nova legislação – 91542 de 19/08/85 – procura corrigir algumas anomalias apontadas e busca a descentralização administrativa do PNLD, orientando que a escolha seja feita pelo professor que o usará. Porém, a década de 90 inicia-se, sem que o programa fosse implementado.

Foi somente a partir de 1995 que o Governo tomou para si a responsabilidade pela avaliação e recomendação – além da compra e distribuição já feitas anteriormente – de livros didáticos, destinados a princípio, ao ensino fundamental público, através PNLD. Foram convidados acadêmicos especializados em cada área de conhecimento, ou seja, o discurso científico foi trazido para avaliar os livros a serem adotados pelos professores. A princípio, os livros eram somente avaliados e classificados, sendo que a classificação era, fundamental com uma resenha do livro, disponibilizada em um catálogo que recebeu o nome de Guia do PNDL. Neste momento, inclusive livros avaliados com “não – recomendados” podiam ser adotados nas escolas públicas. E o eram. Pesquisas retrataram que 72% das escolhas docentes recaiam sobre os livros não – recomendados. Nos anos seguintes, para evitar tal “descompasso”, os livros não – recomendados saíram do catalogo ao passo que mais livros foram publicados, seguindo as orientações governamentais, tendo como base.

Prover as escolas do ensino fundamental das redes federal, estadual, do Distrito Federal e municipal de livros didáticos de qualidade, para uso dos alunos, abrangendo os componentes curriculares de língua portuguesa, inclusive Cartilha de Língua, Matemática, Ciências, História, Geografia e Dicionário da Língua Portuguesa para o Programa Nacional do Livro Didático – PNDL. (Art.: 1º Resolução/CD/FNDE. nº. 03)

Atualmente os livros didáticos representam a principal, se não única, fonte de trabalho com o material impresso na sala de aula, ao menos na rede pública de ensino. E o Governo Brasileiro, ciente deste fato, ao implementar a Resolução Federal nº. 038, que regulamenta a sua distribuição, explicita que esta ação está considerando ver o livro didático um recurso

básico para o aluno e para o professor, no processo ensino – aprendizagem. Aqui temos o discurso do poder impondo interpretação, uma vez que os sentidos são administrados por relações de poder, por determinações históricas, injunções institucionais. No momento em que este discurso se pronuncia, institucionaliza-se o seu dizer. O livro passa, então, a ser o recurso básico no processo ensino aprendizagem, não mais a produção de conhecimento e a cultura com um todo.

O pensamento emergente nas instituições governamentais é de que professores são incapazes de organizar o seu trabalho em sala aula, pois, são só os autores de didática estariam responsáveis pela programação e organização dos trabalhos pedagógicos, através de estudos dirigidos nos livros; devido a estes, agora, aparece o discurso científico de acadêmicos especialistas nas diversas áreas, respaldados pelas instituições de ensino de renome as quais se filiam, as quais seriam responsáveis por escolher quais livros o professor pode adotar. O professor não foi consultado nesse processo; mas se consultado, poderia dizer que: o ensino está além do Livro Didático. Que ele não precisa ser um recurso básico, pode ser um recurso a mais. É necessária uma disponibilidade de recursos. Podemos inferir, na pior das hipóteses, que há profissionais que são capazes de gerir seu próprio trabalho, independentemente do Livro Didático, basta para tal uma política de incentivo a esta pratica. Bibliotecas com acervo maior e mais diversificado, inclusive com periódicos em quantidade e disponibilidade de maquinas de reprodução, já seriam recursos bastante significativos.

O FNDE, órgão do governo responsável pela análise, compra e distribuição de livros para as escolas publicas, ligada ao INEP, exige que o livro selecionado tenha o formato de volume único, para ser usado por três anos. Quanto a esta recomendação, os professores acham que o volume único com a edição em três volumes, perdeu em muito no volume único. Acreditam que, se fossem volumes separados para cada série, o trabalho seria mais rico, os alunos não reclamariam tanto do peso. É interessante ressaltar que, em conversa com professores da rede particular que adotam o mesmo livro, volume único, a reclamação da parte dos alunos é a mesma sobre o peso do livro, deixam, inclusive, de levá-lo a escola por conta disso.

Os livros são inscritos pelas editoras para serem avaliados por acadêmicos especialistas nas áreas específicas de conhecimento, que elaborou pareceres sobre os livros, a partir de critérios gerais e específicos estabelecidos pelo programa. São livros que têm por base a abrangência no tratamento lingüístico, pois visam o uso em todo seu território nacional indiscriminadamente – o que faz parte da política educacional vigente no país de garantir

padrões gerais por meio de políticas nacionais - , apesar de serem, na sua maioria, produzidos e editados no sudeste do país.

Muito embora um dos critérios específicos e avaliação do livro didático seja a adequação de sua proposta didática – pedagógica em relação a situação de ensino – aprendizagem e aos objetivos visados, a maioria dos livros não explicitam na sua proposta, trazendo informações equivocadas epistemologicamente.

2 O LIVRO DIDÁTICO E A LEITURA

2.1 Os leitores no cotidiano escolar

Ao longo da história da educação brasileira a formação de leitores conscientes em nossas escolas tem sido umas das tarefas das mais árduas enfrentadas por educadores no processo educacional. Fica difícil responder diante das dificuldades a questão básica: como, através dos livros e textos didáticos, formar leitores no cotidiano educacional?

Com efeito torna-se muito difícil saber como formar leitores, se não sabemos antes que tipos de leitores queremos formar. A aprendizagem verdadeira exige um nível de ansiedade ótima. Não é somente o novo que produz o medo, mas sim o desconhecido que existe dentro do conhecido. Fazendo uma retrospectiva da leitura na escola brasileira, observamos que, no período colonial, a escolarização era realizada, em sua maioria, nas fazendas, nos engenhos, ministrada por uma pessoa mais centrada e ministrada somente para o homem, filhos dos senhores de engenho. Com o crescimento da sociedade brasileira, alguns passos foram tomados para ser ofertados mais salas para a educação. Foi somente no século XIX, com a presença da Família Real no Brasil, que começou a impressão de livros de leitura, mas foi somente na segunda metade desse século que surgiram os livros de leitura dedicados para as primeiras séries da escolarização. No século XX, com o surgimento de grandes editoras, vários livros foram editados com o propósito de despertar o gosto pela leitura que aumentou consideravelmente, mas o processo de ensino – aprendizagem desenvolvida em sala de aula continuava o mesmo, sem que a leitura fosse valorizada. A partir dos anos 50 aumentam os meios de acesso à leitura como surgimento de bibliotecas públicas, inclusive ambulantes, e a proliferação de livros infanto-juvenil na vida cotidiana da escola. (BEGLER. 1980. p. 91)

Neste período, o livro didático passa a ser questionado por alguns educadores que passaram a utilizar em sala outros textos didáticos para leitura como jornais e a revista, além de um conjunto de textos antes proibidos nas escolas, numa tentativa de despertar no educando o gosto e o prazer pela leitura. A prática de leitura inicialmente na escola, se o aluno é motivado a ler, a sua aprendizagem será mais bem proveitosa.

Na década de 90 surgem os PCN's, que, focalizam a necessidade de dar ao aluno condições de ampliar seus conhecimentos e o domínio da língua e da linguagem, aprendizagem fundamental para o exercício da cidadania.

No momento atual as propostas didáticas de ensino devem ser organizadas tomando o texto (oral e escrito) como unidade básica do trabalho. Dessa maneira o ensino não se tornará mecânico e terá um peso real no desenvolvimento do aprendiz, no sentido de proporcionar avanços significativos e efeitos em sua aprendizagem.

As estratégias cognitivas estão vinculadas, aos conhecimentos lingüísticos e a maneira como aborda o texto. Já a meta cognitiva vincula-se aos conhecimentos do próprio processo de leitura, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente, de modo que as atividades planejadas sejam organizadas de forma a tornar possível a análise crítica dos discursos para que os pontos de vista, valores e eventuais preconceitos neles vinculados possam ser identificados.

A leitura atenta do texto e a observação de seus inúmeros detalhes, permitem-nos descobrir muita coisa sobre a mensagem didática que o texto quer transmitir. Mas é importante salientar que, no processo empreendido em sala de aula, no tocante a leitura, deve haver uma intenção entre professor e aluno. Concordamos que é durante a interação que o leitor mais inexperiente compreende o texto; não durante a conversa sobre aspectos relevantes do texto.

A comunicação é um elemento fundamental na vida, isto é provado durante toda a existência humana. Nesse novo século, com o avanço e a velocidade da tecnologia, o homem precisa estar preparado para a leitura e interpretação de cada nova descoberta do mundo, para acompanhar o crescimento social e tecnológico. Aprender a ler não é só decifrar palavras e letras, é necessário ter uma compreensão do contexto já que a correta interpretação depende de uma boa leitura. Na teoria da aprendizagem, uma das idéias mais comuns é que os estímulos e respostas são fatores associados. A boa leitura deve estar associada à interpretação da leitura, foi identificado na escola essa deficiência, melhor solucioná-la antes que estes indivíduos levem sua duvida para vida no mercado de trabalho, nas decisões político-sociais.

A compreensão de um texto relaciona-se aos objetivos, interesses, conhecimentos e referências temáticas e textuais do leitor. Estabelece-se ainda, por meio da leitura um evento interativo. A leitura é uma pratica de atribuição de significados que ultrapassa o momento em que realiza a participação em práticas sociais de que a leitura desenvolve comportamentos de uso competente nas praticas sócias, que envolvem no contexto por meio do processo de aquisição.

A crise socioeconômica enfrentada pelo país ao longo dos anos, muito tem contribuído para o problema enfrentado nas escolas quanto ao desinteresse da leitura. O nível de leitura de nossas elites é ao mesmo tempo trágico. A proporção de brasileiros de elite capazes de compreensão perfeita dos textos escritos é muito pequena, comparada com a taxa de outros países. É importante, independente da condição socioeconômica, levar o aluno a ler, a falar e escrever, cabendo-lhe se acostumar com a leitura através dos objetivos principais e finais do trabalho com o texto didático.

Nossa incapacidade de decifrar um texto escrito não se deve a pobreza, mas sim a um erro sistêmico. Estamos ensinando sistemicamente errado. Década há que se tornou verdadeira mania e modismo nas escolas à interpretação de texto. São textos nas teses de seleções, nas aulas, no exercício de casa, nas provas mensais, nas provas finais dentre outras. É necessária uma interpretação da leitura para encorajar uma atitude positiva e despertar o conhecimento através da interpretação de textos didáticos de leitura.

Muitas das abordagens escolares derivam de corrupções de ensino e aprendizagem da palavra escrita e transcrição da oralidade. Parte-se do princípio de que o aprendiz deve unicamente conhecer a estrutura da escrita, sua organização e seus princípios fundamentais que incluíram algumas das noções sobre a relação entre escrita e oralidade, para que aprenda e desenvolva atividades de leitura e textos que significará para ele o aparecimento das suas formas complexas de comportamento. Esta atitude, lançando mão, mais uma vez, do dispositivo teórico da Análise do Discurso sobre o não dito, leva-nos à possível inferência de que O complexo ato de compreender começa a ser compreensível apenas se aceitarmos o caráter multifacetado, multidimensionado desse processo que envolve percepção, processamento, memória, inferência e dedução.

A leitura de textos nos aproxima de hábitos, costumes e culturas diferentes vinculados aos seus conhecimentos. A abusiva questão escolar de interpretação levou a perder os verdadeiros objetos do trabalho com o mesmo, tirando-lhe a essência através das formulações de questionários que não levam a coisa alguma, e fazendo com que o aluno chegue a repudiar todo e qualquer texto que lhe venha apresentar. Comungamos com as situações, pois acreditamos que uma nova metodologia deveria ser assumida no tocante ao estudo de interpretação de textos, os alunos a desenvolverem gosto pelos estudos dos mesmos, conseqüentemente o hábito de ler.

Estes valores são determinantes numa nova didática em que se pretenda favorecer a autonomia e a descoberta do modo de ser leitor, de cada aluno, em que se cuida dos saberes essenciais definindo circuitos de leitores e escrita próprios. Coerentemente, assume-se,

portanto, a inscrição na aula de diferentes modos de trabalho didático com a leitura e a escrita mais voltadas para a descoberta do prazer de ler.

3 TEXTOS USADOS DIDATICAMENTE PARA APRIMORAR A LEITURA

3.1 O texto didático

A característica básica de um texto didático para melhorar a leitura é o objetivo compartilhado por todos os envolvidos, que se expressa num produto final em função do quais todos trabalham sabemos que:

...é durante a interação que o leitor mais inexperiente compreende o texto: não é durante a conversa sobre aspectos relevantes do texto. Muitos aspectos que o aluno sequer perceberam ficam salientes nessa conversa, muitos pontos que ficaram obscuros são iluminados na construção conjunta da compreensão". (KLEIMAN, 1996, p.24)

Além disso, esses textos permitem dispor do tempo de uma forma flexível, pois este tem um tamanho necessário para conquistar o objetivo: pode ser de alguns dias ou de alguns meses. Quando o objetivo é de longa duração, tem ainda a vantagem adicional de permitir o planejamento de suas etapas com alunos. São ocasiões em que eles podem decidir sobre muitas questões: controlar o tempo, dividir e redimensionar tarefas, avaliar os resultados em função do plano inicial, etc.

Os textos pedagógicos são situações em que linguagem oral, linguagem escrita, leitura e produção cognitiva se inter-relacionam de forma contextualiza, pois quase sempre envolvem tarefas didáticas que articulam esses diferentes conteúdos. São situações linguisticamente significativas, em que faz sentido, por exemplo, ler para escrever, ler para decorar, escrever para não esquecer. Ler em voz alta em tom adequado. Nos textos didáticos em que é preciso expor ou ler oralmente para uma gravação que se destinam as pessoas ausentes, por exemplo, uma circunstancia interessante se apresenta: o fato de os interlocutores não estarem fisicamente presentes obriga a adequação da fala ou da leitura a fim de favorecer sua compreensão, analisando o tom de voz e a dicção, planejando as pausas, a entonação, etc. os textos didáticos para leitura são excelentes situações para contextualizar a necessidade de ler e, em determinados casos, a própria leitura oral e suas convenções.

Os textos didáticos são situações adequadas para promover o gosto de ler e para desenvolver o comportamento do leitor, ou seja, atitudes e procedimentos que os leitores assíduos desenvolvem a partir da pratica de leitura: formação de critérios para selecionar o material a ser lida, constituição de padrões de gosto pessoal, rastreamento da obra de escritores preferidos.

São situações didáticas propostas com regularidade e voltadas para a formação de atitudes favorável à leitura.

3.2 Os produtores de textos didáticos para o ensino fundamental

O trabalho de produção de textos necessita de escritores competentes capazes de produzir textos didáticos coerentes, coesos e eficazes, alguém que:

...vive em estado de letramento, alguém que desenvolva capacidades dessa ordem, que é capaz de usa-la socialmente respondendo a pedido de leitura e escrita em determinadas situações, tendo-se, portanto, apropriado do sistema da língua escrita. (PINTO. 2002. p. 95)

Um escritor competente é alguém que, ao produzir um discurso, conhecendo possibilidades que estão postas culturalmente, sabe selecionar o gênero no qual seu discurso se realizará, escolhendo aquele que for apropriado os seus objetivos e a circunstancia enumerativa em questão. Exemplo: se o que deseja é concorrer o aluno, o escritor competente selecionará um gênero que lhe possibilite a produção de um texto didático predominantemente argumentativo. Um escritor competente para textos didáticos destinador ao ensino fundamental é alguém que planeja o discurso e, conseqüentemente, o texto em função do seu objetivo e do aluno a que se destina, sem desconsiderar as características de gênero. É alguém que sabe se expressar por escrito seus sentimentos, suas experiências ou opiniões.

O ensino fundamental tem que possuir como objetivos principais: ampliar a visão de mundo e inserir o aluno leitor na cultura letrada; estimular o desejo de outras leituras; possibilitar a vivencia de emoções e o exercício da fantasia e da imaginação; permitir a compreensão do funcionamento comunicativo da escrita; expandir o conhecimento a respeito da própria leitura; aproximar o aluno leitor dos textos e os tornar familiares – condição para leitura fluente e para produção de textos; possibilitar produções orais, escritas e em outras linguagens; informar como escrever; ensinar a estudar; possibilitar ao leitor aluno compreender a relação que existe entre a fala e a escrita e finalmente favorecer a estabilização de formas ortográficas.

3.3 A análise do discurso nos textos didáticos para o ensino fundamental

Os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões. E com este olhar que a Analise de Discurso é aqui trazida: não como um discurso acabado, pois seria um paradoxo, uma vez que o da Analise do Discurso é também possível de analise por seus próprios instrumentos. A Analise de Discurso é tomada por assumir o

discurso como um objeto ao mesmo tempo social e histórico, em que se confrontam sujeito (ideológico) e sistema (a língua) e coloca como fundamental o fato de que há uma relação necessária da linguagem com o contexto de sua produção, daí o inexorável articulação com o campo das ciências sócias – histórica, sociológica, psicologia. A Análise de discurso é um campo de conhecimento e seu estudo leva à problematização das maneiras de ler, levando o leitor/ouvinte/escritor a se colocar questões sobre o que lê/ouve/escreve, considerando a não neutralidade no uso da língua, pois há sempre o comprometimento com o ideológico, o histórico, o social em todo discurso.

O texto, enquanto materialidade do discurso, então, é visto como monumento e não como documento sócio-histórico, isto é, considera-se a sua exterioridade de produção, além dos outros textos que lhe precedeu e lhe sucedeu. Para a Análise de Discurso, o discurso não circula em qualquer lugar, não toma livremente uma forma e não pode ser interpretado de qualquer maneira, ele sofre restrições sobre sua circulação e interpretação. A Análise de Discurso interessa especificar em que medida cada fator funciona como uma restrição sobre o discurso.

A grande preocupação posta por Pêcheux quanto à leitura era no sentido de garantir uma teoria objetiva da leitura, já que a língua, apenas, apesar do prestígio da lingüística, não podia ser garantia, e as outras ciências – psicologia, histórica, filosofia – davam saídas subjetivas. Na visão de Pêcheux, que Eni Orlandi traduz e resignifica o fundamento do texto, explicitando como ele produz sentidos, não só trabalhando com que as partes significam (as palavras, expressões, construções sintáticas), mas com as regras que tornam possível qualquer parte (organização sintática, relações lexicais). Ou seja: admitindo que a língua dá lugar à interpretação não visa o que o texto quer dizer, mas com ele funciona. A leitura, nesta perspectiva aparece como um meio de explicitar a presença do político, do simbólico, do ideológico, a inscrição da língua na história para que ela signifique; a interpretação é, então, um objeto de reflexão.

Como garantir que um sujeito lê, adequadamente um texto se não é verdade que seu conhecimento da língua garante a compreensão do texto? Embora a princípio uma possível resposta tenha sido a objetividade, à Análise de Discurso atribuem-se a tarefa de dar conta dos percursos de quem lê, pois todo texto permite várias leituras, contando que submetidas às regras de circulação e de interpretação. Sobre a interpretação Orlandi estabelece três pressupostos: não há sentido sem interpretação; a interpretação está presente em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa; a finalidade do analista ou discurso é compreender como um texto produz sentidos (Orlandi, 2003). Para que haja essa compreensão, portanto, não

pode haver o apagamento da história de leituras que o leitor traz consigo, ou seja, para que um texto produza sentidos é necessário abrir mão de um leitor idealizado, de repostas prontas que desconsideram as leituras já feitas pelo aluno, e promover o seu posicionamento diante do lido. Ao saber como o texto funciona, será possível ao aluno-leitor se construir como sujeito de sua leitura.

3.4 A situação da leitura no ensino fundamental depois do livro didático

Em 2000, o Brasil foi convidado a participar pela primeira vez do PISA, juntamente com outros 28 países que já fazem parte da OCDE. (Relatório Nacional PISA. 2000/2001). Coube ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), como instituição vinculada ao MEC, assumir a responsabilidade de implementar o PISA no Brasil, coordenando toda a sua aplicação, avaliação e análise dos resultados, sob a orientação do consórcio internacional responsável pelo programa, o qual propôs a avaliação das habilidades de jovens do ensino fundamental da rede privada quanto a rede pública.

O pensamento que norteia a referida avaliação e também figura entre as recomendações da UNESCO no relatório da Reunião Internacional sobre Educação para o Século 21 é o alerta da União Européia para a exigência de se considerar outras necessidades, além daquelas que são sinalizadas pela organização do trabalho, quando se pensa em uma nova concepção para o Ensino Fundamental. E busca sustentação para sua posição no pensamento do próprio empresariado europeu:

“ A missão fundamental da educação consisti em ajudar cada indivíduo a desenvolver todo seu potencial e a tornar-se um ser humano completo, e não um mero instrumento de economia, a aquisição de conhecimentos e competências deve ser acompanhada pela educação do caráter, a abertura cultural e o despertar da responsabilidade social”. (Livro Branco sobre a educação e a formação. 1995)

O Brasil não alcançou as médias estabelecidas pelo programa, cujo objetivo seria examinar a capacidade em analisar, racionar e refletir ativamente sobre seus conhecimentos e experiências, enfocando competências relevantes para suas vidas futuras. Segundo técnicos da OCDE que analisaram os resultados da avaliação, os alunos brasileiros tendem a “responder pelo que acham e não pelo que está escrito”. Um dos analistas do PISA, o economista Cláudio de Moura Castro, diz que “a resposta mostra que os alunos (...) não foram preparados realmente a ater-se ao que diz o texto. Tal forma primitiva de leitura não é compatível com a vida produtiva em uma sociedade moderna.” Segundo Orlandi (2001) “Em princípio o silêncio não fala, ele significa”. Nesta perspectiva a função-professor é chamada a participar

do resultado das avaliações no sentido de não ter “preparado” os alunos, assumindo a posição de sujeito ideológico da declaração. Orlandi (idem) declara que “o boato pode ser visto como (...) tentativas de interpretação ‘atiradas’ na direção de um fato” e mais, “o que o boato mostra no discurso social (...) é que onde a fumaça há fogo”. Com isso podemos inferir que o economista lançou a responsabilidade ao professor através do fogo da tradição que retorna a memória histórico-discursiva, reforçando a idéia de incompetência da função-professor.

A participação do Brasil no PISA se dá dentro do contexto das mudanças introduzidas pela nova LDB, na qual a avaliação passou a ser considerada como uma ferramenta estratégica para orientar as políticas públicas de educação e tem como propósito gerar dados de qualidade, examiná-los com competência e tirar as lições e implicação para a melhoria do ensino nas escolas públicas.

O Ensino Fundamental, por seu turno, em linhas gerais, prioriza o leitor crítico: um leitor que domine uma diversidade de usos sociais da leitura, como, por exemplo, ser capaz de ler um jornal. E defender a língua como: “emaranhado das relações humanas, nas quais o aluno está presente e mergulhado. (...) sendo ela dialógica por princípio, não há como separá-la de sua própria natureza, mesmo em situação escolar”. No parecer do Conselho Nacional de Educação, destaca-se a questão da formação ética, estética e política na e pela língua. Ou seja, insere-se no círculo de discussões atuais acerca da língua e da atribuição de sentidos aos textos.

Por outro lado, nas escolas, pode-se perceber, em entrevistas colhidas com professores e seus alunos em separado, que há um descompasso entre o tratamento dado a leitura por parte do professor e as respostas dos alunos sobre o trabalho de leitura feito em sala de aula. Temos, de um lado, a professora que se esforça no sentido de trazer a leitura através de textos e romances para a sala de aula, mas não demonstra ou ao menos não se percebe em seu discurso, intimidade com a reflexão a crítica do texto.

Do outro lado temos o aluno que declara fazer uma leitura parafrástica, uma leitura elementar de decodificação, sem reportar romances ou textos, mas o livro didático. Outra concepção muito comum entre os professores e mesmo priorizada no Ensino Fundamental Brasileiro, de que a leitura esta atrelada a literatura, muito embora o mesmo Ensino Fundamental problematize o conceito de texto literário e defenda que o texto é único como enunciado, mas múltiplo enquanto possibilidade aberta de atribuição de significados. Há, portanto, um visível descompasso entre o entendimento do que se espera do aluno no campo de atribuição de sentidos ao texto da parte do governo, da parte dos professores e dos alunos. E qual a posição do livro didático? De um modo geral, há uma incongruência entre o que é

defendido na metodologia exposta no manual do professor e o que efetivamente se percebe no interior da obra.

4 PRODUÇÃO DE TEXTOS DE VÁRIOS GÊNEROS

4.1 Os textos atuais

A produção de textos contemporâneos, principalmente para o ensino fundamental, vem tendo a preocupação básica em proporcionar à clientela o gosto pela leitura, sabedora de que o seu papel é o de possibilitar, aos alunos usuários desses textos, situações favoráveis e viabilizadoras do real aprendizado multidisciplinar, condizentes com as condições socioculturais dos mesmos.

A correria de todos os dias, a necessidade de estar sempre informado, as rápidas mudanças que ocorrem em todas as áreas da ciência fazem com que as pessoas se sintam deslocadas, desatualizadas, “fora de órbita”, com o jovem isso acontece de maneira mais contundente ainda: sem o hábito de ler jornais, sempre às voltas com o preconceito de que a leitura obrigatória da escola é coisa chata, conforme Cavalcanti e Lombello:

... A linguagem perde sua natureza de ação entre interlocutores e passa a ser objeto de manipulação e transformação estrutural. O texto de vários gêneros escrito não se constitui, então no meio através do qual o autor e leitor interagem, onde o autor constrói um texto e, portanto, propõe uma leitura através do quadro referencial selecionado, enquanto o leitor aceita, refuta crítica, também apoiado num processo seletivo que determina a apreensão da linha temática, a integração das informações num significado único e abrangente, é uma reação intersubjetiva... (1989. P.18)

Os textos atuais devem existir para amenizar tudo isso! Devem abordar temas atuais e recorrentes dos currículos para o ensino fundamental e por meios de ensaios escritos por especialistas e educadores, procurar levar aos jovens estudantes melhor compreensão do mundo e uma participação mais efetiva na realidade.

Esses modernos textos de vários gêneros devem ampliar o horizonte do conhecimento, mostrando que a matéria dada em sala de aula é dinâmica e viva, e devem tratar de assuntos que dizem respeito de alguma forma, a vida em sociedade e ao próprio exercício da cidadania. Hoje, mais do que nunca, esses textos devem refletir debater idéias, desenvolver competências capazes de inserir o jovem no mercado de trabalho, e mantê-lo atualizado para a vida social e pessoal.

Sabemos que o ensino fundamental é o momento de preparar os alunos para a possibilidade de continuidade dos estudos. Por isso, é fundamental que eles encontrem nos

livros e textos didáticos de vários gêneros as conduções necessárias para seguirem suas escolhas. Sendo assim devem esses textos serem publicações sempre atualizadas para todas disciplinas, que permitam uma formação de qualidade e preparem os estudantes para alcançarem os melhores resultados diante dos desafios futuros.

O objetivo principal na produção de textos didáticos de vários gêneros deve notar-se por apresentar ao leitor uma linha bastante diversificada, que envolva obras didáticas, paradidáticas, revistas e séries, sempre com o intuito de despertar a emoção, o prazer da leitura e a reflexão. Tudo isso garantindo um alto padrão de desempenho e qualidade tanto nos recursos presentes como no desenvolvimento de novos projetos.

Em todas as instâncias nas quais educadores reúnem-se para discutir sobre os textos didáticos de vários gêneros, parece haver um consenso de que esses textos deveriam visar, fundamentalmente, à preparação para o exercício da cidadania, cabendo a escola formar o aprendiz em conhecimentos, habilidades, valores, atitudes, formas de pensar e atuar na sociedade, através de uma aprendizagem que seja real e significativa.

A despeito desse aparente consenso em grande parte a realidade nossos textos produzidos em vários gêneros direcionados ao ensino fundamental, continuam dominador por uma concepção pedagógica tradicional, na qual se ensina uma grande quantidade de informações — geralmente tendo como base única e exclusivamente os conteúdos exigidos pelo programa nacional do livro didático — que servirá momentaneamente e será descartada após a prova, não chegando sequer a modificar as concepções espontâneas que os leitores trazem de seu cotidiano.

Os textos organizados sob tal enfoque carecem de significado para os leitores, gera abandono, desmotivação e mesmo rebeldia, que se manifestam, entre outras coisas, na agressividade dos alunos e em sua indisciplina. A resposta que a escola dá a isso e, por vezes, acentuar procedimentos repreensivos, impor recursos disciplinares ou atribuir os problemas a fatores externos, tais como desequilíbrio familiar, imaturidade do aprendiz ou os incontestáveis problemas de aprendizagem.

Na essência, ainda temos uma escola meritocrática, classificatória, que, se não exclui por meio de reprovações, exclui por uma aprendizagem que não ocorre. Não estamos ainda preparados para as diferenças individuais. Falamos sobre classes heterogêneas, sonhando com a homogeneidade e, como consequência mais direta criamos a categoria dos atrasados, dos excluídos, dos imaturos e dos carentes de pré-requisitos para estarem em nossas salas de aula. Tal cenário, certamente, passa distante do discurso sobre formação para a cidadania e, mais especificamente, da aprendizagem real e significativa.

De fato para que os textos produzidos tragam uma real aprendizagem eles devem ser significativos, o que exige que sejam vistos como a compreensão de significador, relacionando-se as experiências anteriores e vivências pessoais dos seus leitores aprendizes; permitindo a formulação de problemas desafiantes que incentivem a aprender mais, o estabelecimento de diferentes tipos de relações entre fatos, objetos, acontecimentos, noções e conceitos; desencadeando modificações de comportamento.

Em resumo, se queremos que os textos didáticos de vários gêneros para o ensino fundamental contribuam para a formação do cidadão e que se incorporem como ferramentas, como recursos aos quais os leitores, aprendizes recorrerem para resolver com êxito diferentes tipos de problemas, que se apresentem a eles nas mais variadas situações, e não apenas num determinado momento de uma aula, a aprendizagem deve desenvolver-se num processo de negociação de significados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Orlandi (2001) adota a posição identitária de que “somos sujeitos simbólicos vivendo em espaços histórico-sociais”. Macedo (2004) lembra que vendo a realidade humana uma construção de sujeitos “uma pesquisa é uma construção do pesquisador”. Nesta perspectiva, é impossível não dar vez e, principalmente, voz a estes sujeitos sociais, os professores, responsáveis por formar cidadãos críticos, muito embora seja aliado de criticidade e cidadania.

Conforme o exposto, vimos uma tendência de apagamento da voz do professor, atrás de uma política paternalista de “auxiliar você professor, na execução do seu trabalho” (Governo), ou “elaboramos os documentos que agora entregamos a você” (Governo). Por que não incluir este profissional em todas as discussões acerca do ensino? Se estão mal formados os professores, porque não investir em formação de mais qualidade, invés de “ampará-los” em sua má formação? Uma possível leitura que se faz destes discursos é de descrença por este profissional. Em Análise de Discurso discute-se que a prática científica não está segmentada da prática política e vice-versa. Ambas são determinadas pelas condições sócio-históricas e ideológicas de uma dada formação social. Nesta visão, o discurso desses cientistas da linguagem nada mais é do que o discurso do poder impondo metas e objetivos a ser alcançados industrializando a escola, um espaço que deveria ser o da construção de conhecimento.

Aos alunos é reservado espaço ainda mais silencioso do que o do professor. Enquanto este ainda é chamado para dar sua opinião, àqueles só resta colar e aceitar. Nos Livros Didáticos não existe um trabalho que promova a construção de sentidos pelo aluno, cuja histórica de leituras é apagada pelo silêncio do tratamento dado ao texto que não possibilita a exploração das significações para a construção do sentido dos textos, como uma produção sócio-cultural. Isso que dizer que os textos são retirados de sua esfera de produção/circulação/recepção de origem e postos em uma outra situação de produção, em uma esfera que tem fim específico de um item escolar, seja um conhecimento, seja uma capacidade leitora, seja uma prática letrada.

O estudo da língua é o estudo da gramática normativa. O ensino da língua, nestes termos, limita-se ao reconhecimento, à transmissão ao aluno de um conhecimento que foi construído por alguém e que não está ali para ser modificado, mas para ser assimilado como autoridade que é.

“Então como exigir dos alunos a capacidade leitora em “analisar”, raciocinar e refletir ativamente sobre seus conhecimentos e experiências, enfocando competências que serão relevantes para suas futuras”, como propõe o PISA, ou que “demonstrem habilidades de leitura de textos argumentativos mais complexos, relacionem tese e argumentos em textos longos, estabeleçam relação de causa e consequência, identifiquem efeitos de ironia ou humor em textos variados, efeitos de sentidos decorrentes do uso de uma palavra, expressão e da pontuação, além de reconhecerem marcas lingüísticas do código de um grupo social. Como, se em sala de aula, o material usado não aborda nenhum destes pressupostos? Se na escola o aluno é levado a apagar a sua constituição leitora, pois em nenhum momento é requisitada? Se a voz do professor é apagada da cena político-educacional, alijado de atuar decisivamente nas decisões que concernem ao ensino: quantos professores foram ouvidos sobre os PCNs, quantas e quais sugestões deles foram levadas em consideração? Estes dados não são disponibilizados.

A introdução do Livro Didático no Ensino Fundamental se deu sem que os professores fossem consultados sobre a sua real necessidade, relevância, nem opções são oferecidas em lugar deste recurso. Aos professores restou adotar o livro e usá-lo da melhor forma possível.

A linguagem, considerada pela educação brasileira, como a capacidade humana de articular significados coletivos e saber compartilhá-los, toma, portanto uma dimensão transdisciplinar e tem papel importante nesta nova abordagem pedagógica proposta pela reformulação da LDB, a qual visa desenvolver competências e habilidades que forneçam aos jovens meios para progredir tanto no trabalho, quanto nos estudos. Inserido neste contexto, a

leitura tem se constituído nas últimas décadas, em uma preocupação na formação educacional dos jovens e muitas pesquisas têm sido feitas a esse respeito.

Avaliações internas e externas ao ambiente escolar promovidas pelo governo federal têm apontado para uma deficiência na competência leitora, ou seja, os alunos lêem muito pouco, e apresentam muitas dificuldades de interpretação do que leram, é importante que fique bem claro que o papel do professor de língua portuguesa é ensiná-lo como fazer a leitura.

REFERÊNCIAS

BATISTA, A. G. RO10. Roxane (Orgs.) (2003). **Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura Escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras.

BEZERRA, Maria Auxiliadora, (2001). **Textos: Seleção Variada e Atual**. In.

BRASIL, MEC/INEP **Relatório Nacional PISA 2000. (2001)**. Brasília, DF.

DIONÍSIO, Ângelo Paiva. BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.) **O Livro Didático de Português múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucena.